

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O TEMA:
“MAGISTÉRIO MUNICIPAL: UM DEBATE SOBRE SALÁRIO E
CARREIRA”.

Aos nove dias do mês de Abril de dois mil e vinte e cinco, às 18:30 horas, reuniu-se no Plenário Vereador César Augusto Leoni, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, sob a Presidência do Vereador Bruno Bux, estando presentes: a Vereadora Camilha Schefer Pierin; a Secretária Municipal de Educação Neuzeli Camargo; representantes da APP-Sindicato; o Deputado Estadual Professor Lemos; a Contadora da Secretaria Municipal de Educação, Jéssica, e representando a APP MetroSul, a professora Helen Cris Leite, para discutir e debater sobre o Plano de cargos e salários dos profissionais da Educação Municipal e a aplicação do Piso Nacional do Magistério e retroativos. **Com a palavra o Vereador Bruno Bux**, primeiramente agradeceu as professoras e professores presentes, bem como a todos que acompanham de casa, lembrando que podem participar dessa Audiência Pública trazendo encaminhamentos através do chat que está disponível nos comentários do Facebook, do YouTube e também através do Whatsapp oficial da Câmara, 3622-2536. E que enquanto Vereador, tem essa responsabilidade da Secretaria de Educação trazer o sentimento, da questão do orçamento e os desafios que tem dentro da gestão pra conseguir avançar, pois sabe que não é fácil, mas também por outro lado, a APP-Sindicato e o Magistério, aquele que está todo dia construindo a Educação pública de qualidade lá dentro da sala de aula, seja nos CMEI's, ou seja, no ensino fundamental-1, tem seus anseios, pautas e direitos, e que está de coração muito feliz, porque sabem o quanto o mandato deste Vereador representa o Magistério Municipal e a Educação, porque acredita que só com uma Educação boa vai ter um futuro e um país melhor, por isso trabalha e valoriza o profissional da Educação, e é com grande satisfação que dá início à Audiência Pública, dedicada a um tema de extrema relevância para a comunidade, o Magistério Municipal, com foco no debate sobre salários e Plano de carreira, agradece a presença de todos os participantes, em especial aos professores, representantes sindicais, autoridades municipais e demais cidadãos interessados em contribuir para a construção de um futuro melhor para a Educação da cidade, e nesta noite terão a oportunidade de ouvir diferentes perspectivas, analisar dados e propostas e buscar consenso em torno de medidas que garantem os salários justos, Planos de carreira que incentivem o desenvolvimento profissional e a qualidade do ensino, por isso convida todos a participar ativamente desse debate apresentando ideias e sugestões, para que juntos possam construir um futuro mais promissor para a Educação do Município. **Com a palavra a Vereadora Camila Schefer Pierin**, cumprimentou a todos dizendo que é uma honra estar aqui participando, é muito importante esse debate entre a Secretaria e os professores, acredita que isso vem agregar muito, vai ser um passo muito importante essa discussão. **Com a palavra a Secretária Municipal de Educação Neuzeli Camargo**, cumprimentou a todos e agradeceu a oportunidade da Secretaria de Educação estar participando dessa Audiência, e estão hoje aqui para tratar de um assunto importante para a classe, que é o Plano do Estatuto do Magistério. E semana passada tiveram uma conversa com o APP juntamente com o Prefeito, e ele anunciou nessa conversa o reajuste de 6,27% para todos os funcionários da Prefeitura, esse reajuste é proporcional já ao Piso estabelecido neste ano, portanto a partir do próximo mês os funcionários da Prefeitura já estarão recebendo esse reajuste de 6,27%, e como o Vereador Bruno Bux disse, tem um orçamento, e este ano recebeu via

FUNDEB e o total de receitas previstas com o VAR, que é o valor aluno/ano/resultado, e este ano receberão R\$ 2.964.947,75, o total de receitas previstas pelo FUNDEB é R\$ 41.243.403,79, então essa é a receita prevista do FUNDEB, aí tem a folha de pagamento, os demais investimentos, transporte e merenda, e tem também um valor que vem do Governo Estadual para o transporte, mas ele não chega a 30% do que se gasta com o transporte escolar, a merenda é recurso livre também da Prefeitura, então tem todo o desafio de além de cumprir com toda a parte salarial da folha, tem também as outras demandas, em que tem que estar aí junto com os Vereadores buscando recursos pra Educação, para que cada vez mais possam progredir e melhorar não só a questão salarial, mas a infraestrutura das escolas, pensando sempre no principal que é a qualidade de ensino para o aluno, o objetivo principal é oferecer uma Educação com excelência, então tem que pensar também no aluno, em tudo o que podem estar oferecendo a eles. E enquanto Educação, vem crescendo muito com as metas do Governo Federal, inclusive com a Educação integral, ainda hoje estavam fazendo um levantamento de número de alunos, este ano vão lançar no censo e vai dobrar o número de alunos, do ano passado deu mais de 100% em cima dos alunos do número do ano passado, é um desafio grande do integral a todos os Municípios e Secretarias em ter essa atividade complementar e jornada ampliada, mas estão bem satisfeitos, viu que tem alguns credenciados participando, com o trabalho que o pessoal vem desenvolvendo junto a jornada ampliada ao integral, o resultado são pais satisfeitos e os alunos aprendendo mais, as escolas que têm integral e as Diretoras sabem que dá uma diferença lá na sala de aula, e esse é o objetivo, atividades diferenciadas que venham a complementar o trabalho do professor em sala de aula, facilitando o trabalho do professor e assim aumentando a qualidade de ensino para os alunos. Então são vários desafios, mas estão em parceria com o Legislativo, e que bom que os Vereadores Bruno e Camila fazem parte da Comissão da Educação, pois estão abertos ao diálogo e conversa, assim podem chegar juntos a um denominador comum, e o Plano já há anos vem sendo discutido e ele não sai do papel, então precisam fazer uma construção coletiva, o CDPAR que é o consórcio em que são consorciados, já estão analisando o Plano, assim como de todos o Municípios que são consorciados, e assim que eles passarem uma análise, irão passar pra Comissão da Educação, posteriormente, de qualquer forma passa pelo Legislativo, então nada vai ser feito sem que passe pelo Legislativo, sem que tenha esse debate com o Legislativo. Precisa ter mudanças, e enquanto professor, precisam garantir o que se leva pra aposentadoria, tem que garantir o crescimento do salário até o final da carreira, tenham que pensar no coletivo, e estão em constante diálogo com o Legislativo, com a classe e com a APP, para que tenha esse crescimento mútuo e diálogo e assim cheguem num acordo melhor para toda a classe.

Com a palavra a representante da APP Estadual cumprimentou a todos, e disse que gostaria de dialogar um pouco e fazer um histórico da Educação aqui na Lapa. Em 2017 tiveram uma greve de uma luta imensa para a garantia dos direitos, muitas professoras estavam, inclusive a Secretária, também fizeram atos na Avenida para conseguir ter o Piso do Magistério, tudo o que conquistaram até hoje foi com luta, não deixou de ser com luta, tudo o que garantiram na carreira até hoje foi por luta de toda a categoria e até hoje não deixaram de lutar para ter uma Educação de qualidade no Município da Lapa, tudo isso é porque tem professores que têm compromisso com a Educação. E hoje a APP Sindicato Estadual tem como lema: "O nosso trabalho tem valor", e ele tem valor, ele é muito mais valoroso do que o índice do IDEB, ele é muito mais valoroso do que qualquer outra coisa que tem na Educação ou qualquer outro pequeno empecilho, e se não for professoras e professores não tem uma Educação de qualidade. E hoje, em 2025,

ainda lutam para garantir o pouco que resta de direito e sempre estão lutando, no momento que levantam pra estar no CMEI ou na escola, estão lutando com aquele aluno que não quer ficar ou está doente, e vão muito além de ser professoras e professores, são assistente social, psicólogas, enfim, são tudo dentro de uma sala de aula, então tenham valor e precisam sim garantir o pouco de direito que ainda resta no Plano de carreira, e antes de ter o estudo do consórcio, teria que conversar com os professores que estão no chão da escola, e não o consórcio. E hoje tem aí um grande apagão na Educação, não só na rede municipal e estadual, pois é muito difícil quem quer ser professor hoje, pelas condições de trabalho e salário, e muitas outras profissões dão condições e salários maiores do que a de professor, e qualquer um que está aqui passou por um professor, então precisam sim estar juntos e juntas porque daqui uns dias não vão ter quem os substitua, porque é muito mais fácil chamar alguém de fora para discutir sobre a carreira do que chamar os professores pra colocar a par daquilo que estão planejando para a carreira. E apenas gostaria de colocar aos professores o quanto tenham valor e não preço, mas sim valor. **Com a palavra a professora Helen da APP Metro-Sul**, cumprimentou a todos, dizendo que essa Audiência Pública é uma iniciativa extremamente valorosa e importantíssima, e é importante falar para que serve uma Audiência Pública, que é para ouvir quem mais interessa na Casa do povo que é o Parlamento, sobre os assuntos que os interessa enquanto sociedade, então ter esta Casa cheia é uma felicidade, porque é fundamental, é da base que estão falando, é do futuro dos estudantes, das crianças e dos jovens lapeanos, e ter esta Casa cheia para debater a importância de se valorizar o salário e a carreira dos professores e das professoras que constroem essa Educação todo dia é fundamental. E hoje vivem esse apagão de professores no Brasil inteiro, e como dirigente regional, acompanha os 14 Municípios aqui da Região Metropolitana Sul de Curitiba, e essa é uma realidade que assusta, mora na Fazenda Rio Grande, é professora lá, e tem vivenciado lá uma dificuldade, recentemente teve um concurso municipal e convocam professores que não ficam, então para que os professores fiquem e para que se tenha cada vez mais estudantes de licenciatura que se dediquem a essa profissão que é tão fundamental para o futuro da sociedade, precisa ter valorização, sem a valorização os professores vão sumindo, indo para outras profissões ou vão para outros Municípios que tem o salário um pouco melhor, então, esse debate é fundamental, ter uma carreira que valorize os professores com mais tempo, com mais estudo, com formação continuada, com progressão e promoção valorizada, com o Piso, e recebeu a notícia essa semana de que logo o Projeto do reajuste chega aqui na Câmara para ser votado e que é fruto dessa luta, tanto a Lei do Piso nacional, mas também que ele seja implementado todos os anos logo em janeiro, que é o que está na Lei, então tudo isso é fundamental pra garantir uma Educação de qualidade, e se não tem profissional valorizado com certeza a Educação decai e todo mundo perde enquanto sociedade, então esse debate é fundamental, a APP Sindicato sempre se colocou na posição do diálogo, todo início de ano iniciam o processo de diálogo com as gestões municipais para tratar desses temas da valorização e da implementação do Piso, e aqui na Lapa não tem sido diferente, sempre a iniciativa é o diálogo como primeira fase da luta e vão seguir nessa postura, querem aprofundar esse processo do diálogo e já se comprometem e se colocam à disposição inclusive, para estar nessa Comissão que vai debater o Plano de carreiras, porque sabe que tem muita coisa que realmente precisa mudar e querem que mude para melhor, por isso se colocam a disposição nessa defesa constante dos direitos da categoria da Educação e do diálogo com a gestão da Secretaria da Educação da Lapa, e o mais importante hoje é que ouçam quem está aqui presente. **Com a palavra a Secretária Municipal de Educação,**

Neuzeli Camargo, disse que, como a senhora Margleyze bem colocou, de ter o estudo aí com o Sindicato, e esta Secretaria sempre está aberta ao diálogo e já teve um estudo junto com o Sindicato, inclusive tem uma ata, em que encaminharam toda essa documentação, esse estudo já fizeram em anos anteriores, sobre o Estatuto com a APP e com professores que participaram na Secretaria de Educação e foi encaminhado junto ao CEDPAR que está fazendo uma análise do Plano, para juntamente com o Legislativo, Comissão da Educação e com a Comissão que será formada, começar a discutir esse Plano, não que ele está sendo feito e realizado pelo CEDPAR, apenas gostaria de fazer essa colocação. **Com a palavra o Professor Lemos** cumprimentou a todos e agradeceu o convite para mais uma vez estar aqui na Câmara de Vereadores da Lapa, e que a APP representa a Educação de 220 Municípios que escolheram a APP como representante e os outros Municípios têm Sindicatos próprios, foi por três vezes Presidente da APP no Estado e pôde conhecer diferentes realidades dos Municípios e contribuiu com a construção de vários Planos de carreiras e também ajudou a construir o Plano de carreira que tem na Educação do Estado, na rede estadual também participou da Comissão ao lado dos colegas da APP na construção do Plano de carreira da rede Estadual e na rede estadual representam os funcionários de escolas que também integram a APP. No Brasil organizaram a Educação na Confederação que é a CNTE que é a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e também tem a Central Sindical, que é a CUT Nacional e CUT Estadual, então no Plano nacional tem tanto a Central Sindical em que a CNTE inclusive é filiada e a APP também é filiada à Central Sindical, e essas duas entidades nacionais ajudaram a fazer pressão para que tivesse uma nova Constituição no Brasil, e conseguiram com muita luta junto com outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras, que fossem convocadas as eleições de 1986, para eleger parlamentares constituintes para fazer a Constituição nova e ela foi publicada em 5 de outubro de 88, e se mobilizaram enquanto educadores, professores, professoras e funcionários de escolas, montaram acampamento inclusive, em Brasília e pela primeira vez tem um capítulo na Constituição que trata da Educação, tem lá um artigo que determina que no mínimo a União tem que aplicar 18% dos impostos na Educação, Estados e Municípios no mínimo 25%, pode aplicar mais, mas não pode aplicar menos. E a construção deu comando para que valorizassem a Educação no Brasil, que universalizasse a oferta da Educação pública no Brasil, que valorizasse os profissionais de Educação, e esse comando geral, dele derivou a LDB, que dá diretrizes para a Educação no Brasil e trata da Educação como um todo, mas trata também da categoria dos profissionais de Educação, professores e funcionários, também derivou da Constituição a constituição de um Fundo para financiar a Educação básica brasileira, porque precisava dar uma contribuição aos Municípios e aos Estados que tem menos condição de investir na Educação, então, primeiro criou-se o FUNDEF, que já foi um passo importante no governo do Fernando Henrique Cardoso e no governo do Presidente Lula, em 2008, então foi criado o FUNDEB, incluindo toda a Educação básica com todas as modalidades e as etapas da Educação básica, da Educação infantil até a conclusão do ensino médio, o Fundo previu também um Piso mínimo para professores no Brasil e previu também carreira, e aí tem uma fórmula que foi criada com base no custo aluno/ano levando em consideração o número de estudante por professores e aí o Município ou o Estado que provar que não tem condições de bancar o Piso e de que a correção do Piso tem que impactar na carreira inteira, alcançando inclusive quem já está aposentado, não é só no início da tabela, também tem a hora atividade de no mínimo 1/3 tem que ser dedicada na escola ou até fora da escola, mas fora da sala para preparar e fazer correções, então esta fórmula funciona, o Município e

o Estado que provar que não tem condições de bancar, recebe complementação da União e aí também do comando constitucional derivou a construção do Plano Nacional de Educação, um Plano com metas e uma das metas é o financiamento, outra meta é a equiparação do salário dos professores e professoras da Educação Básica ao salário dos demais profissionais do serviço público dos Municípios dos Estados e da União, porque a União também tem Educação Básica, se for no Instituto Federal tem Educação Básica, e também tem que equiparar com os demais Servidores Públicos que exerce cargos com mesma complexidade, e como que se mede a complexidade do cargo, é pela exigência de formação para exercer o cargo, e neste caso a nível superior, é aí que entra a importância do Piso ser corrigido no mesmo percentual do custo aluno/ano, e pode-se ver que às vezes ele é acima da inflação, como é o 6,27%, a inflação do ano passado não foi 6,27%, e por que é mais, porque tem um cálculo, é sequestrado um percentual dos 25%, dos 18% da União, dos 25% do Município e dos Estados para formar o Fundo, porque se verificou no Brasil que os professores e professoras recebem menos do que os outros Servidores nos Municípios, nos Estados e na União, trabalham a mesma carga horária tendo a mesma formação para dar conta da complexidade do cargo, isto está errado, por isso que tem que tomar cuidado, porque se não seguir a lógica que foi traçada no Brasil, para um dia puxar os professores, para no mínimo receber o mesmo salário que é pago aos demais Servidores, não vão equiparar. E o que tem acontecido em alguns Estados e Municípios, não consegue equiparar e mantém essa diferença, isso precisa mudar, e se seguirem a Legislação que tem, farão justiça ao Magistério brasileiro, especialmente da Educação Básica. Verificou-se também que tem aí uma questão, de violência contra a mulher, porque violência contra a mulher não é só essa que se vê nas denúncias, que é agressão verbal, física e emocional, é visto também no salário, nas condições de trabalho, como é organizada a carreira, isto é uma violência de gênero, categorias majoritariamente femininas são discriminadas, é o caso desta categoria, no caso da rede estadual 85% são mulheres, se for nos Municípios o percentual de mulher é maior, basta ver aqui nesta Plenária. Então, quando se olha o ensino superior, ele tem ainda o número maior de homens, e quando chega no ensino da Educação básica e a segunda etapa da Educação básica começa no sexto ano e vai até o término do ensino médio, já reduz o número de homens e aumenta expressivamente o número de mulheres, se for na primeira etapa da Educação básica do primeiro ao quinto ano, aumenta o número de mulheres e diminui o número de homens, e na Educação Infantil tem Municípios que 100% são mulheres e verifica que o salário em muitos Municípios ainda é menor e tem Municípios que ainda não colocou a professora de Educação Infantil na carreira, não trata como professora, e ali está praticamente 100% de mulheres, dentro da própria categoria, quando vai analisar, se verifica isto, isso precisa ser mudado. É por isso que lutam para pôr na Constituição, para ter LDB, para ter o FUNDEB e para ter o Plano Nacional de Educação, e assim ter Planos de carreiras que faça justiça e possam ter salário no mínimo igual aos demais Servidores Públicos com mesma carga horária e mesma formação, por isso que alguns Municípios, às vezes, o Prefeito ou o Governador nos Estados, ele não quer corrigir o Piso porque acha que vai se indispor com as outras categorias do serviço público, mas outras categorias estão na dianteira. Sempre olha nos Municípios e nos Estados o Portal da Transparência, e não é diferente aqui na Lapa também, já olhou aqui e viu que tem diferença. Por isso está a disposição para contribuir no debate, ajudar a debater, inclusive com as outras categorias do serviço público, com as diferentes Secretarias Municipais, dar força para a Secretária de Educação e equipe e dar força ao Prefeito Municipal, para colocar em prática aquilo que já está legislado, ele tem a Lei do lado dele para implementar o Piso

sem estrangular a tabela salarial pra de fato colocar a Educação como prioridade absoluta do país, a Educação pode não resolver tudo, segundo Paulo Freire, mas sem Educação não resolvem nada. Então, aquilo que o Presidente Fernando Henrique começou a fazer, precisam continuar fazendo e avançar para que a Educação no Brasil possa fazer com que tenha uma sociedade solidária, fraterna e justa. Agradece muito o convite para estar aqui e se coloca a disposição para ajudar a avançar. **Com a palavra a Secretária Municipal de Educação, Neuzeli Camargo**, comentou que o Deputado colocou muito bem a questão dos Educadores, esta Secretária assumiu a gestão em 2023, e já vem fazendo um estudo, agora incluiu o Estatuto do Magistério, já informou a categoria e aos representantes da APP na reunião da semana passada, que com certeza os Educadores serão colocados na carreira como professores, como assim eles são, e quando se fala da valorização, isso é uma valorização e entende toda a reivindicação da classe dos Educadores que são professores, trabalham na base com os pequenos, com os bebês até o pré, então isso já é um estudo que está sendo feito e com certeza vai ser incluído junto no Plano. Agradece todos os professores por estarem aqui e a equipe da Secretaria de Educação, hoje são 713 funcionários com os estagiários e os credenciados, então é uma Pasta da Prefeitura que tem quase a metade dos funcionários, e por serem da Educação é que tenham que defender a Educação e sempre valorizar esses profissionais, e isso é muito nítido, basta acessar as redes sociais dos CMEI's, das escolas e da Secretaria de Educação, onde é visto o trabalho maravilhoso que é feito nas instituições por esses profissionais, desde as cozinheiras, serviços gerais e Diretores, quem falta faz falta, são todos importantes dentro das instituições. **Foi aberta a palavra ao público presente, onde primeiramente, fez uso da palavra, a Servidora Cíntia Ramos**, dizendo que estão todas nervosas e preocupadas com o Plano de carreira do Magistério, porque tem ouvido bastante boatos, então é bom estarem aqui para ficar sabendo na realidade o que está acontecendo, todas tem o direito de estar aqui, pois estão todos os dias resolvendo e trabalhando, sendo psicóloga, sendo enfermeira, enfim, sendo tudo para as crianças, é o que amam, mas realmente também precisam da parte do dinheiro e precisam do Piso e não estão reivindicando nada mais do que o direito de todas. **Houve participações pelo Chat da Câmara Municipal, primeiramente da professora Oricélia**, perguntando *“por que ainda tem cargo comissionado com salário maior que o de professor, onde está nosso valor, não que sejamos movidos a dinheiro, mas dele precisamos e é um incentivo continuarmos cada vez melhor em sua caminhada”*. **Participação do senhor Josias Camargo Júnior**, *“em 2017 a Câmara aprovou um Projeto de Lei do então Prefeito que acabou com a obrigatoriedade do reajuste do Piso Nacional em toda a carreira, limitando tal direito a profissionais em início de carreira, eu era Vereador na época e votei contra o Projeto, tendo inclusive, judicializado esta questão, pergunto à Secretária de Educação, vocês pretendem desfazer essa medida”*?. **Pergunta da professora Rosemari, por Whatsapp**, *“a categoria quer saber se o aumento vai ser 30 de abril”*. **Pergunta via Whatsapp da Câmara**, *“sobre os estudos para mudança de nomenclatura, queremos saber quando vai ser mudado, por que na nossa aposentadoria como Educador Infantil, você trabalha 30 anos em sala de aula e professor 25 anos”*. **Com a palavra o Vereador Bruno Bux** disse querer fazer uma análise aqui da participação da professora Oricélia, onde ela fala em relação aos cargos em Comissão, e é natural quando qualquer Prefeito assume a Administração, colocar a própria equipe, é discricionário ao Prefeito eleito que monte a equipe. O que precisa é olhar para o orçamento, se há espaço no orçamento para que se consiga colocar todo mundo que se quer, porque o mesmo orçamento que paga o cargo em Comissão é o mesmo orçamento que paga o salário dos professores e de todo o

funcionalismo, e a Constituição diz que o limite máximo é até 54%, a partir de 48,6% esse limite já vai entrando no índice prudencial e já vai ficando em alerta e vai ter que ir cortando Commissionado e TIDE, porque mandar embora Servidor concursado não pode, então, se ganha R\$ 1.000 por mês, nessa lógica da Lei de Responsabilidade Fiscal, só pode gastar R\$ 540 com comida, ou seja, se a Prefeitura ganha R\$ 1.000 por mês, só pode gastar dentro daquele orçamento R\$ 540,00 com funcionalismo, o restante ela vai ver se vai arrumar estrada, comprar um ônibus escolar novo, enfim, aí tem as outras Leis que diz quanto cada um tem que gastar por área. Acontece que há uma disputa de orçamento, existem os direitos do Magistério e o Piso do Magistério, mas existe essa disputa de orçamento, e passou recentemente aqui uma reforma onde criou novos Secretários, passou, é discricionário do Prefeito, mas o dinheiro é para pagar todo mundo, e tem uma coisa que é mais perigosa ainda, que é o Acórdão 4515, de 2024 que obriga uma parte dos médicos da saúde pública a entrar neste mesmo índice de até 54% pra pagar todo mundo, então existe uma disputa de orçamento. É por isso que tenham que olhar historicamente pra luta, é só com luta que se consegue avançar na pauta orçamentária e disputar, contrata Commissionado, dá TIDE e Gratificação pra todo mundo ou paga professor e as obrigações, tudo bem é discricionário do gestor, mas lá atrás quando este Vereador falou, que os novos cargos era discricionário, passou na Câmara e poderia ser contratado, porque passou a Lei, e alertou das obrigações que o Município da Lapa tem antes de qualquer coisa, que é o Piso que já estava vencido, que é olhar para a data base dos demais Servidores, porque o dinheiro é um só, então é importante fazer essa análise de orçamento. **Com a palavra o Professor Lemos**, disse que a Secretária já adiantou que quer corrigir esta injustiça com quem é professora da Educação Infantil, isto é ótimo e necessário. A professora Cíntia veio aqui e reafirmou isso, que precisa, e quando uma professora fez aqui o questionamento de casa, ela falou da nomenclatura, ela deve estar falando da mesma coisa, portanto, quer trazer algumas informações, pois tem acompanhado ao longo de vários anos, mudanças importantes fazendo a correção e incluindo integralmente na carreira, não só com o salário, mas também com o tempo para aposentadoria e também podendo ter dois cargos, como o professor pode ter dois cargos, também o professor de Educação Infantil. Em União da Vitória, que é aqui perto, já é corrigido há muitos anos, e pode encaminhar de Tibagi que acompanhou também, mas da cidade de Japurá acompanhou e primeiro o Prefeito recusou, foram lá ajudar a eleger a oposição, elegeram a Prefeita, pois ela recusou também e tinha prometido, aí foram pra Justiça e a Justiça fez a correção, o Município tem a obrigação de respeitar. Então tem decisão do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem um erro na nomenclatura do cargo que o Poder Público tem que corrigir e redenominar o cargo com a nomenclatura correta, porque no passado não tratava como carreira da Educação e o recurso destinado era da assistência social, mas isso era um erro que foi corrigido já faz muitos anos e passou-se para a Educação e os pais e avós já falavam que Educação vem de berço, então lá no berço é escola e Educação, não é assistência social, não é um depósito de criança, e aquela professora que era chamada de Monitor e Educadora em alguns lugares e de Atendente em outros, ela continua fazendo a mesma coisa que ela fazia lá no passado com as crianças da mesma idade, ela sempre foi professora, e foi um erro do Poder Público que quando detecta o erro tem a obrigação de corrigir, então pode e deve corrigir. Faz um elogio a Secretária por essa decisão já tomada e está à disposição para contribuir para que isto aconteça e as professoras aqui da Lapa da Educação Básica tenham todos os direitos assegurados, inclusive na hora de aposentar-se, e pode trazer decisão do Tribunal de Contas do Estado que é quem zela pelos contratos, sejam eles

administrativo, temporário ou concurso, o concurso acompanha a vida e quem homologa a aposentadoria é o Tribunal de Contas, às vezes fica aposentado e nem sabe, passa um ou dois anos que o Tribunal vai homologar, então o final para aposentar é o Tribunal de Contas e ele já decidiu que pode redenominar e acertar a nomenclatura corretamente. E que as mudanças aconteçam pra melhorar, todas as vezes que vai se fazer uma reforma em algum espaço quer que aquele espaço fique melhor e não pior. Por isso deseja sucesso nas negociações e pode contar com este Deputado que está a disposição para ajudar. **Com a palavra a professora Helen da APP Metro-Sul**, disse que o Vereador Bruno falou da questão do orçamento, e na APP todo mundo é professora, mas sempre conta com as Assessorias Econômicas e Jurídicas, e gostaria de passar aqui alguns dados da Assessoria em relação a análise financeira e fiscal dos indicadores da Educação aqui do Município nesse primeiro bimestre de 2025, é claro que o ano está começando e ainda tem muita água pra rolar e os números por si só eles não dizem tudo, mas é a maneira como se debate eles. E tem uma legislação dos artigos 212 e 213 da Constituição Federal que dizem algum respeito em relação a como deve ser aplicado esse recurso da Educação, então tem alguns dados aqui pra se pensar em como melhorar ao longo desse ano o investimento na Educação, que repercute em salário, numa melhoria na valorização da carreira do Magistério. Tem a chamada fonte 70, que são 70% desses recursos do FUNDEB que devem ser aplicados em folha de pagamento, no mínimo 70%, e aí nesse período de janeiro e fevereiro de 2025, aqui no Município da Lapa, foi aplicada a receita de 58,4%, então ainda cabe aplicar para chegar aos 70% mínimos exigidos pela Lei. Referente à aplicação dos recursos de custeio, que é a chamada fonte 30, então dos 100% do total desse recurso, 70% no mínimo em folha de pagamento e o restante dos 30 pode ser utilizado como custeio. Apresentou um saldo referente aos recursos não aplicados superior a 10%, então também tem recurso da fonte 30 para ser aplicado. E referente ao mínimo constitucional em aplicar 25% da receita de impostos com Educação o Município aplicou o montante de 4,4 milhões atingindo o percentual de 12,62%, então ainda também está bem abaixo dos 25% exigidos pela Constituição que seja aplicado da receita do Município em Educação. São alguns dados para se pensar aqui em como caminhar durante esse ano para que seja garantido a aplicação do recurso, que como o professor Lemos bem falou, é fruto também da luta das entidades sindicais a nível nacional que garanta esse fundo próprio da Educação, que tem dinheiro próprio para aplicar na Educação e assim deve ser feito. **Com a palavra a Secretária Neuzeli Camargo** disse que a questão que o senhor Josias, ex-vereador, coloca em relação a 2017, era uma gestão anterior à gestão atual, não foi agora na gestão do Prefeito Diego, e como já disse, tudo vai ser para estudo, porque tem que fazer o impacto financeiro de tudo isso, e agora vão começar com o Plano, então não pode nem afirmar 100% que vai tirar essa Lei, alterar ou deixar como está, pois estão começando o estudo agora e irão construir juntos como que vai ficar essa questão, então não pode afirmar aqui uma coisa que depende não só da Secretaria de Educação. E quanto a questão da nomenclatura dos educadores, podem ficar tranquilos, e antes de ir buscar Parecer juntamente com o CDPAR, já está aí para colocar no Plano, e a primeira coisa que se fez foi conversar com o Prefeito que prontamente acolheu e falou para que fossem em busca desse estudo e que implementassem, então como o Prefeito disse que no passado passou por um Prefeito e uma Prefeita, mas nesta gestão o Prefeito já deu o Parecer positivo, para que busquem implementar a diferenciação dessa nomenclatura. **O Vereador Bruno Bux** apresentou uma pergunta dos internautas, “*a categoria quer saber se o aumento vai ser dia 30 de abril*”. **Em resposta o Vereador Bruno Bux** disse que o aumento mencionado é sobre

o reajuste que chegou aqui na Câmara, este reajuste é de 6,27%, conforme o que estabelece o Piso Nacional do Magistério, e chegou aqui para ser votado antes de ontem o Projeto, até mandou para o Sindicato dar uma olhada, mas foi verificado dois erros no Projeto e quem enviou o Projeto não observou que extrapolava nos próximos anos o índice prudencial de 54%, então a Assessoria Técnica da Câmara apontou o equívoco nesse Projeto, não iria estourar o teto neste exercício de 2025, e sim nos próximos exercícios dos anos de 26 e 27 que estaria acima de 54%, o cálculo usava uma média que previa esse aumento de arrecadação, mas reajustando esse aumento de arrecadação de acordo com o IPCA, que é o índice de preço que mede esses reajustes que vão ter, e não o orçamento de fato, por exemplo, o aumento de arrecadação do ano passado pra este ano se fosse levar em consideração o IPCA, foi bem menor do que de fato foi o aumento de arrecadação, que foi quase 30 milhões de reais que o Município da Lapa arrecadou mais do ano passado para este ano, e se fosse usar o IPCA seria um valor menor que isso, é difícil de entender, mas existia um erro em relação a essa previsão, aí eles estão refazendo o cálculo baseado no que a Assessoria Técnica e Contábil da Câmara apontou, então isso é grave, mas nem tanto, só que o mais grave de tudo, foi porque a Prefeitura enviou para esta Casa votar um Projeto onde ele aumentava os salários dos Vereadores, dos Secretários, dos Cargos em Comissão e dos Agente Políticos, e como estuda tudo o que chega aqui nesta Casa, e existem Leis, principalmente decisões do Tribunal de Contas do Estado, que não permite reajuste de qualquer Agente Político no primeiro ano de gestão, ou seja, eles sabiam, a Procuradoria do Município sabia disso, eles achavam que estava tudo bem porque o Prefeito tinha sido reeleito, mas não importa se o Prefeito foi reeleito, é uma nova gestão e uma nova Legislatura, então por isso em Plenário este Vereador fez esse alerta da Prefeitura ter responsabilidade com os Servidores, de não alimentar algo para todos os Servidores, chegar aqui e colocar nas costas de Vereador pra votar, e não podem votar algo que está contraditório da Lei, então a Prefeitura está fazendo uma correção, mas graças a Deus ainda está em tempo, e esse Projeto vai vir na próxima semana para ser votado na próxima terça-feira com as correções necessárias e justas. E o 7,41% não está nesse Projeto, é bom que fique bem claro, existiu um pedido do Prefeito para que o Sindicato judicialize esse 7,41, qualquer ação judicial vira precatório e talvez nem o neto de vocês receba, e o que precisam é do 7,41, seja ele parcelado ou como for no contracheque, então talvez isso possa ser até um encaminhamento desta Audiência Pública. E o Projeto de Lei diz que conta a partir de primeiro de Maio, e o salário que vão receber neste mês é o que trabalharem em Abril, então ele é a contar de primeiro de Maio, o reajuste é a contar do primeiro dia de trabalho no primeiro dia de Maio, é importante saberem pra não ter esperança. **Havendo mais participações, perguntou-se que**, *“a grande demanda da Educação Especial é a carência de profissionais de padaria auxiliar nas escolas, as professoras apanhando dos alunos e apoios para elas está onde, se estão estudando sobre mudanças da nomenclatura de Educador para Professor, por que o concurso será de nível médio para Educador, se o cargo de Educador será extinto, porque já não faz parte do Professor”*. Outra pergunta é, *“sobre o Plano de carreira, ele será avaliado pela Comissão de Educação, a APP Sindicato e os professores terão acesso ao Projeto de Lei antes de ir para a votação?”*. **O Vereador Bruno Bux** sugeriu a participação da Comissão de Educação e da APP-Sindicato na construção deste. **Com a palavra a representante da APP Estadual, Margleise**, disse que em estudo com o Jurídico da APP Sindicato, as professoras que são Educadoras Infantis e já pediram essa aposentadoria, não conseguiram essa aposentadoria porque não tem os 30 anos, podem entrar em contato com esta

representante ou com a Helen que irão judicializar, e já conversaram sobre isso na assembleia, porque isso é uma Lei e como estão nas escolas hoje, tem que ter Magistério, tem que ter Pedagogia, enfim, são professoras porque estão atendendo alunos e crianças, então procurem a APP-Sindicato, porque tendo a negativa irão repassar para os Advogados, então é importante até vir a Lei da nomenclatura se ela vai ser retroativa ou não. É importante colocar, pois essa é uma pauta que já haviam levado para a Secretária, da importância dessa nomenclatura, tanto essa como das Pedagogas, que também quando vão se aposentar tem que ter um tempo maior, então são duas pautas importantes na aposentadoria, porque hoje todo mundo quer se aposentar e está muito difícil, por isso precisam garantir que todas e todos consigam ter essa aposentadoria no tempo adequado até vir a nova Lei. **Com a palavra a Secretária Neuzeli Camargo**, disse que quanto a questão da Educação Especial, estão com dificuldades, como os professores e diretores sabem, na contratação de estagiário, ele é apenas 6 horas, então já no concurso mudou a nomenclatura e vai sair como Agente de Apoio, justamente para poder contratar com 8 horas para estar auxiliando os professores, é um tema bem importante e ainda tem muito mais a fazer pela Educação Especial, a Servidora Fran que representa a Educação Especial, está aí com estudos para implementar mais projetos para auxiliar os professores nessa demanda, sabe que não é fácil, mas vai aos poucos construindo juntos novas ideias e projetos, para que possam sanar essas situações, estão contratando mais profissionais, mas tem profissionais que acabam desistindo e não assumem o concurso, então tem toda essa dificuldade, e estão desde o início do ano fazendo contratação de mais profissionais, para que possam estar atuando nas instituições, também mandaram para a Câmara a questão da alteração na Lei do concurso de Educação Física, para que possam estar chamando mais professores para atuarem nas instituições e assim garantir a hora-atividade. **Com a palavra a representante da APP Estadual, Margleise**, disse que gostaria de fazer um encaminhamento a Secretária Neuzeli, no sentido de que tem muitas coisas que foram colocadas, para que possam conversar depois desta Audiência e discutir como que vai ser Agente de Apoio e outras questões, porque foi passado vários assuntos aqui que não teve discussão com a APP-Sindicato e também já haviam conversado um pouco com a Vereadora Camila, porque prontamente ela os atendeu e está sempre aí quando precisam de alguma coisa, assim como o Vereador Bruno, estão sempre prontos em atender, e hoje tem uma Lei Estadual, de que não pode mais ter estagiários para atender as crianças de Educação Especial, e gostariam de debater sobre esse Agente de Apoio como que será e outros assuntos que seja para da categoria da Educação, para que possam discutir e fazer os melhores encaminhamentos. **Com a palavra o Vereador Bruno Bux**, fez a leitura das perguntas encaminhadas pelo público, a primeira é, *“quando será organizado a Comissão de Avaliação do Plano e porque a Educação Infantil trabalha mais e tem que se aposentar com 30 anos de carga horária”*. **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que isso já foi esclarecido, é um erro comum na mudança da nomenclatura que precisa ser corrigido. **Outra pergunta:** *“a Educação Infantil tem direito a oito horas de hora atividade?, se sim, por que não é cumprida?”*. **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que em relação à hora atividade dos educadores, está em conversa com os Diretores desde o ano passado, porque era o Pedagogo que estava fazendo a hora atividade, mas já estão contratando, tem CMEI que já está com a equipe completa e em outros estão contratando profissionais para fazer hora atividade e não o Pedagogo, porque se o Pedagogo faz hora atividade ele não atua como Pedagogo, portanto, estão trabalhando nisso com os Diretores, para que tenha o profissional fazendo a hora atividade e substituindo o

Pedagogo. **Outra pergunta:** “quando será organizado a Comissão de Avaliação do Plano?”. **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que logo vai marcar uma reunião com a Comissão da Educação do Legislativo e podem ir traçando os encaminhamentos, acredita que em menos de um mês consegue já estar agendando. **O Vereador Bruno Bux** disse que esse encaminhamento é muito importante, esse encontro em menos de um mês, tanto quanto com a Comissão de Educação quanto com a APP-Sindicato, para já ir debatendo esses encaminhamentos que já tem, isso podem firmar até o final de Maio. **Outra pergunta:** “direito ao difícil acesso a todos que moram a mais de cinco quilômetros de seu trabalho”. **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que o difícil acesso é uma Lei Municipal que todos os professores têm conhecimento, ela é para quem trabalha em escolas do campo mais de cinco quilômetros, quem vem do campo trabalhar na escola da cidade, pela Lei não tem direito, então isso é um dos debates que vai para o Plano do Magistério, e hoje todos os profissionais têm o transporte escolar, é uma minoria que não chega a 1% da classe que não tem o transporte escolar, então é um debate que também vai pra Comissão e pra APP, até na última ata da APP já tem um debate sobre isso, e estão fazendo hoje o que diz a Lei. **Reafirmando, o Vereador Bruno Bux** disse que o encaminhamento é para esta Comissão debater essa questão e uma alteração em relação ao difícil acesso. **Pergunta:** “quando a Prefeitura vai pagar os outros 7,41 que falta para pagar o Piso do Magistério”. **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que isso também já foi respondido, depende de todo o estudo do impacto financeiro, e estão começando com os primeiros encaminhamentos. **O Vereador Bruno Bux** disse que precisa fazer todo esse bate-bola aqui porque tudo que se fala aqui é documentado, como a Helen bem explicou, a questão do que serve uma Audiência Pública, é para que seja público e toda a pluralidade de ideias se reúnam em encaminhamentos. **Com a palavra a representante da APP Estadual, Margleise,** indagou que na última reunião que tiveram com o Prefeito, ele pediu para judicializar, que o Município não tinha recurso, e a Secretária acaba de falar que vai ter estudos para esse 7,41, será que houve uma mudança nessa questão da Prefeitura. **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que, como o próprio Prefeito falou, não tem recursos para pagar esse 7,41, então agora com a Comissão podem estar estudando pra ver se realmente não tem condições de pagar, até porque o Deputado comentou ali que, caso o Município não tenha condições de pagar o Piso, até vão pedir ajuda pra ele com a Assessoria dele, para que venha uma verba maior para o Município, como ele falou no início, de conseguir uma complementação maior caso o Município não tenha esse recurso, que seria a complementação do FUNDEB, se o jurídico comprovar que não conseguem pagar o Piso, vão em busca de uma complementação, como bem disse o Deputado. **Continuando o Vereador Bruno Bux** destacou o encaminhamento, buscar recursos no FUNDEB para a complementação, aumento no FUNDEB para complementar esse 7,41. **Com a palavra a senhora Neiva,** fez uma proposta de fazer um estudo, de quanto está os novos cargos condicionados criados na folha de pagamento, qual o impacto disso, porque é muito fácil chegar e falar que não tem dinheiro, mas quanto que estão pagando com cargo comissionado e qual é a função, o que estão fazendo, pois tem visto algumas coisas que não quer nem comentar. **O Vereador Bruno Bux** reforçou a elaboração de um estudo mostrando o impacto financeiro com comissionados. E essa nova Lei pode criar no exercício de 2025, em cargos de comissão, até quatro milhões a mais em gastos com comissionado. **Pergunta:** “com relação a Educação Infantil, para se aposentar seria 25 anos e com relação à idade é 55 anos ou se fechar os 25 anos, independente da idade, se aposenta?”. **Em resposta o Vereador Bruno Bux** disse que isso tem que ver

com o Jurídico, essa questão de dúvidas em relação a aposentadoria da Educação Infantil tem que fazer um protocolo no Lapaprevi, que é o órgão que cuida das aposentadorias, e se precisarem de assessoria jurídica e se for filiado ao Sindicato, procura o Sindicato, mas o Lapaprevi tem a obrigação de responder. Então essa consulta, como uma questão de encaminhamento, é buscar o Lapaprevi por consulta individual e depois procurar o Jurídico da APP- Sindicato. **Pergunta:** “quanto ao difícil acesso, existe algo em andamento sobre como ficará no Plano?, existe alguma proposta?, está sendo analisado o princípio da equidade?, visto que tem professores que residem mais de vinte e cinco quilômetros da escola e nem todos os dias vão para a escola utilizando o ônibus escolar, pois existem dias que não há ônibus, há dias que temos que nos deslocar para formações e etc”. **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que, em relação ao difícil acesso, como já explicou, tem uma Lei específica que ela precisa ser revista juntamente com o Plano, e como foi falado, a construção tem que ser coletiva, já tem algumas ideias aí, mas tem que construir junto com a Comissão pra resolver essa situação, e hoje como ela está, não atende a todos os profissionais, atende somente aqueles que trabalham em escolas do campo, então hoje estão seguindo a Lei e a maioria dos profissionais têm o transporte escolar, e podem ver alguma ideia como um vale transporte para aqueles que realmente não passa o transporte próximo a residência, mas isso tudo é um estudo que tem que fazer, não pode falar uma coisa sem ter todo esse estudo. **O Vereador Bruno Bux** acrescentou mais um encaminhamento em relação ao difícil acesso, e que seja levado para essa Comissão, onde vai estar a equipe técnica da Secretaria e da Prefeitura, a Comissão de Educação e a APP-Sindicato, para discutir aí sobre essa mudança no Plano, inclusive olhando para uma possibilidade de, se houver uma alteração, seja criado uma espécie de um vale-transporte, mas tudo isso dentro de um estudo econômico e financeiro do impacto de tudo isso estabelecido dentro do encaminhamento que será dado dentro dessa discussão. **A Secretária Neuzeli Camargo** comentou que tem que ter esse estudo dentro do orçamento, porque não adianta aprovarem um Plano que com cinco anos não consiga cumprir, tem que ser um Plano muito bem elaborado que tenha de dez a vinte anos de impacto, para que os próximos gestores consigam cumprir. **Pergunta:** “sobre o princípio de igualdade em relação a distância, de quem está aqui perto da cidade”. **Em resposta o Vereador Bruno Bux** disse que esse encaminhamento é mais ou menos o que já foi colocado. **Com a palavra a professora Jéssica** comentou sobre a pergunta de um internauta, em relação a licença prêmio, em que ele tem quinze anos de Estado e ainda não conseguiu tirar, é Educador Infantil, protocolou no início do ano e ao término do ano foi chamado no RH para ser anulado, como fica?. **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que em relação à licença prêmio, vai liberando conforme tem o profissional substituto, porque não pode deixar aquele CMEI ou escola desassistida, então vai liberando conforme tem o profissional pra substituir, mas estão sim numa defasagem de profissionais da Educação, só que essa defasagem vem há mais de dez anos, e desde o ano passado vem contratando um número grande de profissionais, tem um número grande de extraordinário que se fosse contratado há uns dez anos atrás, não estariam com essa defasagem, mas estão tentando corrigir aos poucos e não é fácil, sempre que vai contratar um novo profissional tem que ter o impacto e ver o índice, e sabe que tem essa quantidade de profissionais que estão atuando como extraordinário e justamente esses extraordinários estão substituindo aos poucos por profissionais do concurso, mas não consegue substituir em um ano só cinquenta profissionais, foi Diretora de escola por dezessete anos e sabe bem quando os Diretores falam da falta de um profissional, quando o professor falta, quando um serviço geral ou um cozinheiro

faltam. E hoje se deparam com desafios maiores ainda e por isso precisam se fortalecer e fortalecer a Educação num grupo só, porque sabe das dificuldades, estão ali para dar o melhor e juntos resolver e deixar a Educação do Município cada vez melhor, que bom se tivesse o quadro completo e conseguissem liberar a licença de todos os profissionais que pedem, mas estão liberando na medida que vai conseguindo profissional para substituir. **Com a palavra o Vereador Bruno Bux** sugeriu a colocação dessa questão da licença prêmio, para um planejamento e aprimoramento disso nesse estudo que será feito. **Com a palavra a professora Jéssica** disse querer continuar com essa pergunta, e que foi colocado aqui que ela é anulada, e gostaria de entender se existe uma lista de professores que estão na fila para tirar essa licença prêmio, por instituição, por Município ou quando, por exemplo, a escola A não tem professor então essa licença prêmio é anulada, como que é, não tem professor, mas então ela perde esse direito e jamais vai conseguir tirar essa licença prêmio ou ela está nessa lista aguardando para ser chamada por ordem de protocolo, como que funciona isso. **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que cada escola e CMEI é um caso, por exemplo, no CMEI Pedro Maciel a educadora pediu e nesse ano vão conseguir alguém para substituir, então a educadora vai ter a licença, e se a educadora pediu, mas nesse momento não conseguem liberar, é informado a ela que neste momento o pedido é indeferido, e jamais ela vai perder a licença, isso é Lei, e tem profissionais que preferem deixar pra aposentadoria como eles mesmos dizem, é uma economia aí para quando for se aposentar receber um dinheiro a mais. E como bem disse o Vereador Bruno, estão trabalhando com um planejamento para que tenha professores educadores volantes que possam fazer esse trabalho, mas é um desafio grande a contratação. **O Vereador Bruno Bux** fez constar como encaminhamento, os educadores volantes para se aprimorar dentro desse planejamento. Outro encaminhamento é que se crie um GT que se reúna aí de forma periódica dentro da Câmara através da Comissão de Educação composta por este Vereador, a Vereadora Camila Schefer e o Vereador Marcos Lech, mas dentro da Lei Orgânica do Município, se existe a maioria concordando, no caso tem dois aqui, então já concordaram aqui e vão criar também esse GT aqui dentro da Câmara de Vereadores para debater essa questão da Educação. **Houve uma pergunta da professora Lúcia**, não tem dinheiro, mas no caso quando vem a verba do FUNDEB contemplando esse ajuste, no caso o 7% do ano passado que não foi pago, como foi tratado esse recurso do FUNDEB que não foi dado o reajuste?. **Em resposta a Contadora Jéssica** disse que ano passado receberam, mas não tem a quantia exata que receberam do FUNDEB em 2024, e a verba do FUNDEB tem que passar um percentual para as escolas conveniadas, no ano passado com o FUNDEB não conseguiram pagar, veio trinta mil e esse valor não cobriu a folha dos professores e tiveram que complementar com 5,25, então no estudo deste ano com o aumento, vai faltar mais ou menos no final do ano três milhões de reais e vão tentar cobrir com o recurso livre esse 6,27. A Doutora Camila já está numa conversa de fazer esse ofício para o FNDE, solicitando mais recurso, porém, precisam comprovar, não adianta fazer só um ofício solicitando o recurso, precisa comprovar que o Município não está conseguindo atingir, e estão fazendo um estudo para que possam receber mais verba e fazer outro estudo pra pagar o valor total do Piso. **Pergunta:** se já foi atualizado a questão dos profissionais com relação... (áudio prejudicado, a pessoa falou sem microfone). **Em resposta a Secretária Neuzeli Camargo** disse que é um trabalho que a Servidora Fabeli, que este ano assumiu o RH, já está fazendo esse estudo, e já perceberam essa situação, ela está mandando conforme atualiza os espelhos, isso é muito importante, por isso pedem aos Diretores enviar o espelho bem atualizado, questão da remoção, onde estão lotados e

onde não, porque hoje muitos professores estão lotados em uma escola, porém no portal transparência e no RH estão em outras. **Com a palavra a Servidora da Educação Fabieli** disse que conversou com o pessoal do RH de que a questão do Magistério tem esse diferencial, tem a questão da remoção do concurso, de remoção das lotações e tem a questão de onde está se atuando no momento, e no portal da transparência tem que estar o local onde o Servidor está atuando no momento, e tem questões peculiares de uma remoção temporária que acontece, e é feito na Secretaria de Educação o registro se a professora muda ali fora do concurso de remoção temporariamente, então vão atualizando, e quando iniciou no começo notou várias pendências que estavam desatualizadas, inclusive o último trâmite que foi feito depois do concurso de remoção estava lotando de acordo com o concurso de remoção, tinha uns casos por exemplo de Diretores que foram removidos para uma escola diferenciada, mas elas estavam na escola do primeiro padrão, então optou para ficar organizado e transparente mesmo, e na Secretaria está fazendo uma base de dados pra ter atualizado de acordo com as atas e remoções, onde o profissional está lotado, e está procurando agora com o auxílio das colegas atualizar e colocar em forma digital esse controle, já conseguiram fazer da maioria. **O Vereador Bruno Bux** anotou como encaminhamento o estudo que a Secretaria já está fazendo junto com a Advogada, para enviar esse ofício ao FNDE e podem unir com aquele outro encaminhamento de buscar ajuda da bancada Federal do Paraná, unir forças e quem sabe até pensar numa ida em Brasília pra reivindicar mais recursos pra Educação. Outro encaminhamento é a continuidade desse trabalho do RH, da Servidora Fabieli, para aprimorar cada vez mais e ter a garantia o mais rápido possível, que cada um esteja no devido lugar de lotação conforme a realidade. **Passou-se para as falas de encerramento, onde primeiramente fez uso da palavra a Secretária Municipal de Educação Neuzeli** que agradeceu a fala da senhora Cíntia, que veio de encontro com o que venham procurando fazer, essa formação dos profissionais, e essa última formação teve um retorno muito positivo dos dias de estudo, também estão aí com a formação de Gestão das Emoções e Saúde Mental para todos os profissionais, pensando justamente na valorização, porque sabe o quão é difícil em sala de aula com os pequenos, também tem a equoterapia para a Educação Especial, e convida quem ainda não conhece o projeto, pode estar indo até o Parque de Exposições onde está acontecendo o projeto, os depoimentos dos pais são emocionantes, por isso venham trabalhando para que cada dia consigam uma coisa a mais para facilitar o trabalho dos profissionais que estão aí no chão da escola, é como sempre diz com as Diretoras, a partir do momento que fecha a porta da sala de aula é com o professor, é ele que faz a diferença lá no chão da escola. Por fim, agradece a todos que participaram aqui e pela live de casa, também agradece a equipe da Secretaria com quem conta muito para desenvolver todos esses projetos, a Jéssica Contadora, aos Vereadores Bruno e Camila por estarem propondo esses encaminhamentos, a APP por estarem sempre abertos ao diálogo, aproveita para fazer um pedido ao Legislativo, que juntos busquem recursos pra Educação, é só assim em busca de mais recursos junto a Bancada Federal do Paraná que irão conseguir implementar mais projetos e benefícios para todos os alunos e instituições, pois sabem que a infraestrutura das escolas precisam ser melhoradas, mas como podem ver pela arrecadação, hoje não conseguem construir e atender todas as demais demandas, então precisam sim de projetos e indo em busca de recursos, deixa esse pedido ao Legislativo para que esteja aí pensando mesmo na Educação e em busca de recurso, assim com certeza a Educação só tem a ganhar. **Com a palavra a representante da APP Estadual** agradeceu a todos, em especial as professoras e professores, pois é só com esses profissionais que faz com que a Educação

aconteça. E gostaria de lembrar aqui um pouco da história da APP, em que o primeiro Presidente da APP Estadual é um lapeano, ele que fez a luta pela Educação e iniciou a construção da APP-Sindicato, a qual fará 78 anos agora dia 26 e ainda honrando o nome do senhor Faustino Fávaro, que foi o primeiro Presidente, um lapeano, e vão seguir firmes e fortes na luta, porque é com luta que se constrói aquilo que se quer. **Com a palavra o Vereador Bruno Bux**, disse que também tem responsabilidade como Presidente da Comissão de Educação, e como Vereador de primeiro mandato, vai honrar o compromisso com a Educação e tem certeza que a Vereadora Camila Schefer também está honrando esse compromisso, portanto estão juntos para buscar mais recursos pra Educação e vai sim pegar na mão de todas as professoras e professores e dizer que têm um Vereador para representá-los aqui neste Legislativo. E está muito feliz porque foi uma Audiência Pública muito saudável, e é importante trazer as reivindicações e olhar para o orçamento do Município pra ver até onde vai, e inúmeras vezes esteve na APP-Sindicato e de fato tem o compromisso com a Educação, se emociona por estar hoje aqui os representando e tendo essa oportunidade. Por fim, agradeceu a todos que contribuíram com esta Audiência Pública. **Encerradas as discussões, resultou-se nos seguintes encaminhamentos:**1) reivindicação e judicialização do 7,41%; 2) discutir sobre o Agente de Apoio; 3) direito ao difícil acesso a todos que moram a mais de cinco quilômetros de seu trabalho; 4) buscar recursos no FUNDEB para complementar o 7,41%; 5) aposentadoria do Educador Infantil, buscar o Lapaprevi por consulta individual e depois procurar o Jurídico da APP- Sindicato; 6) educadores volantes para se aprimorar dentro do planejamento; 7) criação de um GT que se reúna de forma periódica; 8) estudo que a Secretaria já está fazendo junto a Advogada, para enviar ofício ao FNDE em busca de ajuda da Bancada Federal do Paraná; 9) dar continuidade ao RH, da Servidora Fabieli, para aprimorar cada vez mais e ter a garantia o mais rápido possível, que cada um esteja no devido lugar de lotação conforme a realidade. Nada mais a tratar foi encerrada a presente Audiência Pública. Sendo o que tinha para constar, lavrou-se a presente Ata, que após lida e aprovada, será por todos os presentes assinada.